

PROCESSO TCE N° 129.058

ENTIDADE: Fundo Agropecuário Estadual – FUNAGRO

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo Agropecuário Estadual – FUNAGRO, referente ao exercício de 2017

RESPONSÁVEL: José Carlos Reis da Silva

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

ACÓRDÃO Nº 12.101/2020

PLENÁRIO

Ementa: Prestação de Contas Anual. Fundo Agropecuário Estadual – FUNAGRO. Exercício de 2017. Apuração de omissão no dever de prestar contas, graves infrações à norma constitucional e legal e injustificado dano ao Erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico: **a)** divergência entre o saldo para o exercício seguinte – Balanço Financeiro, que é de R\$ 15.864,03 (quinze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e três centavos), o saldo apresentado na conciliação bancária, que é de R\$ 15.640,20 (quinze mil seiscentos e quarenta reais e vinte centavos) e ainda do saldo apresentado no extrato bancário, que é de R\$ 0,00, em descumprimento ao artigo 89, da Lei nº 4.320/64 e; **b)** infringência ao artigo 60, parágrafo único, da Constituição Estadual em razão da ausência de comprovação da execução do desembolso efetuado à empresa Farhat & Farhat, no montante de R\$ 240.978,37 (duzentos e quarenta mil novecentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos). Irregularidade das contas. Imputação de débitos. Aplicação de multas sanção e acessória. Notificação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** Pela **irregularidade** das contas do Fundo Agropecuário Estadual – FUNAGRO, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade do Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, com fundamento nas alíneas “a”, “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em razão das seguintes irregularidades apuradas: **1.1.** Divergência entre o saldo para o exercício seguinte – Balanço Financeiro, que é de R\$ 15.864,03 (quinze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e três centavos), o saldo apresentado na conciliação bancária, que é de R\$ 15.640,20 (quinze mil seiscentos e quarenta reais e vinte centavos) e ainda do saldo apresentado no extrato bancário, que é de R\$ 0,00, em descumprimento ao artigo 89, da Lei nº

4.320/64 e; **1.2** Infringência ao artigo 60, parágrafo único, da Constituição Estadual em razão da ausência de comprovação da execução do desembolso efetuado à empresa Farhat & Farhat, no montante de R\$ 240.978,37 (duzentos e quarenta mil novecentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos); **2)** Pela **condenação** do Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, a **devolver** ao **Erário Estadual**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a quantia de **R\$ 240.978,37** (duzentos e quarenta mil novecentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos), proveniente da ausência de comprovação da execução do desembolso efetuado à empresa Farhat & Farhat, em descumprimento ao contido no artigo 60, parágrafo único, da Constituição Estadual de 1989; **3)** Pela **condenação** dos Senhores **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, e **José Oliveira Carvalho**, Contador, à época, **solidariamente**, a **devolverem** ao **Erário Estadual**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a quantia de **R\$ 15.864,03** (quinze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e três centavos), proveniente da divergência entre o saldo para o exercício seguinte – Balanço Financeiro, que é de R\$ 15.864,03 (quinze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e três centavos), o saldo apresentado na conciliação bancária, que é de R\$ 15.640,20 (quinze mil seiscentos e quarenta reais e vinte centavos) e ainda do saldo apresentado no extrato bancário, que é de R\$ 0,00, em descumprimento ao artigo 89, da Lei nº 4.320/64; **4)** Pela **aplicação de multa acessória** ao Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, com fundamento no artigo 88 da LCE nº 38/1993, no valor correspondente a **10%** (dez por cento) da importância referente a condenação acima imposta, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do **Erário Estadual**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **5)** Pela **aplicação de multa sanção** ao Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 14.280,00** (catorze mil duzentos e oitenta reais), em razão das ocorrências elencadas no item 1, da parte dispositiva deste Voto configurarem graves infringências às normas legais de regência da matéria, a ser recolhida em favor do **Tesouro do Estado do Acre**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **6)** Pela **aplicação de multa sanção** ao Senhor **José Oliveira Carvalho**, Contador, com fundamento no artigo 89, inciso II, da

LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 7.140,00** (sete mil cento e quarenta reais), em razão da ocorrência descrita no item 1.1, da parte dispositiva deste Voto configurar grave infringência à norma legal de regência da matéria, a ser recolhida em favor do **Tesouro do Estado do Acre, no prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas e; **7) Pela notificação** do atual responsável pelo FUNAGRO, para tomar ciência desta decisão e adotar as providências necessárias a fim de evitar a ocorrência das irregularidades apuradas e realizar a regularização das ressalvas identificadas, nas próximas edições da matéria, sob pena de responsabilização em caso de reincidência, nos termos do artigo 89, inciso IV, da LCE nº 38/1993. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Ausente**, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**.

Rio Branco – Acre, 24 de setembro de 2020.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA

Procuradora do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 129.058

ENTIDADE: Fundo Agropecuário Estadual – FUNAGRO

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo Agropecuário Estadual – FUNAGRO, referente ao exercício de 2017

RESPONSÁVEL: José Carlos Reis da Silva

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do Fundo Agropecuário Estadual – FUNAGRO, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade do Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, **encaminhada tempestivamente** a esse Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 30/04/2018, em cumprimento ao prazo previsto no artigo 2º, inciso II, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

2. A análise técnica preliminar procedida pela DAFO/1ªIGCE (fls. 88 a 100) apurou às seguintes inconsistências:

2.1. Divergência entre o saldo para o exercício seguinte – BF, que é de R\$ 15.864,03 (quinze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e três centavos), o saldo apresentado na conciliação bancária, que é de R\$ 15.640,20 (quinze mil seiscentos e quarenta reais e vinte centavos) e ainda do saldo apresentado no extrato bancário, que é de R\$ 0,00, em descumprimento ao artigo 89, da Lei nº 4.320/64;

2.2. Divergência de R\$ 18.700,00 (dezoito mil setecentos reais) entre o montante de R\$ 395.221,59 (trezentos e noventa e cinco mil duzentos e vinte e um reais e cinquenta e nove centavos) constante na conta “entradas – orçamentárias” - do Resumo de Movimentação Anual de Almoxarifado e o montante de R\$ 413.921,59 (quatrocentos e treze mil novecentos e vinte e um reais e cinquenta e nove centavos) apresentado no elemento de despesa 3.3.90.30.00 - equipamento e material permanente – Anexo 2 e;

2.3. Infringência ao art. 60, parágrafo único da Constituição Estadual em razão da ausência de comprovação da execução do desembolso efetuado à empresa Farhat

& Farhat, no montante de R\$ 240.978,37 (duzentos e quarenta mil novecentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos);

2.4. As Publicações no Diário Oficial foram realizadas após o prazo estabelecido em Lei, contrariando o determinado no Art. 61, em seu Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93 e;

2.5. Ausência da Portaria de nomeação dos fiscais de contratos.

3. O Senhores **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, e **José Oliveira de Carvalho**, Contador, à época, foram devidamente citados (fls. 104 a 109), todavia somente o responsável contábil apresentou a defesa com documentos de fls. 111 a 141, de forma tempestiva, conforme demonstram as Certidões de fl. 143 e 144.

4. Instada a se manifestar, a DAFO/1ªIGCE elaborou o Relatório Conclusivo de Análise Técnica de fls. 148 a 155 dos autos.

5. O Ministério Público Especial manifestou-se à fl. 160, em pronunciamento da Ilustre Senhora Procuradora, Dra. Anna Helena de Azevedo Lima.

6. Na forma regimental, o processo veio-me por distribuição (fl. 82).

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 24 de setembro de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

PROCESSO TCE N° 129.058

ENTIDADE: Fundo Agropecuário Estadual – FUNAGRO

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo Agropecuário Estadual – FUNAGRO, referente ao exercício de 2017

RESPONSÁVEL: José Carlos Reis da Silva

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS (Relator):

Tratam os autos da Prestação de Contas do Fundo Agropecuário Estadual – FUNAGRO, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade do Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, **encaminhada tempestivamente** a esse Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 30/04/2018, em cumprimento ao prazo previsto no artigo 2º, inciso II, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

A análise técnica preliminar realizada pela DAFO/1ªIGCE constatou às inconformidades descritas no relatório, razão pela qual foi determinada a citação do responsável e do contabilista para apresentar justificativa, no entanto, o responsável não apresentou justificativa, incorrendo nos efeitos da revelia. O contabilista, por sua vez, apresentou, tempestivamente, a defesa acompanhada de documentação.

A referida defesa com documentação foi analisada pela DAFO/1ªIGCE, por meio de Relatório Conclusivo de Análise Técnica, concluindo que os argumentos e documentos apresentados não foram suficientes para sanar todas as impropriedades apontadas no Relatório inicial, razão pela qual propôs que sejam julgadas irregulares as contas, com imputação de débito e multas, em face das seguintes irregularidades: **a) Divergência entre o saldo para o exercício seguinte – BF, que é de R\$ 15.864,03, o saldo apresentado na conciliação bancária, que é de R\$ 15.640,20, e ainda do saldo apresentado no extrato bancário, que é de R\$ 00,00, em descumprimento ao artigo 89, da Lei nº 4.320/64 e; b) Infringência ao artigo 60, parágrafo único, da Constituição**

Estadual em razão da ausência de comprovação da execução do desembolso efetuado à empresa Farhat & Farhat, no montante de R\$ 240.978,37 (duzentos e quarenta mil novecentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos). Além disso, pontuou como ressalvas: as Publicações no Diário Oficial foram realizadas após o prazo estabelecido em Lei, contrariando o determinado no Art. 61, em seu Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93 e; Ausência da Portaria de nomeação dos fiscais de contratos.

O Ministério Público de Contas, por meio de parecer, opinou pela irregularidade das contas do FUNAGRO, exercício de 2017, com fulcro nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, bem como pela imputação ao responsável de débito e de multa sanção ao gestor e ao contador, além de notificação da origem para correção das falhas.

Em face do exposto, **voto**:

1. Pela **irregularidade** das contas do Fundo Agropecuário Estadual – FUNAGRO, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade do Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, com fundamento nas alíneas “a”, “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em razão das seguintes irregularidades apuradas: **1.1. Divergência entre o saldo para o exercício seguinte – Balanço Financeiro, que é de R\$ 15.864,03 (quinze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e três centavos), o saldo apresentado na conciliação bancária, que é de R\$ 15.640,20 (quinze mil seiscentos e quarenta reais e vinte centavos) e ainda do saldo apresentado no extrato bancário, que é de R\$ 0,00, em descumprimento ao artigo 89, da Lei nº 4.320/64 e; 1.2 Infringência ao artigo 60, parágrafo único, da Constituição Estadual em razão da ausência de comprovação da execução do desembolso efetuado à empresa Farhat & Farhat, no montante de R\$ 240.978,37 (duzentos e quarenta mil novecentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos);**

2. Pela **condenação** do Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, a **devolver ao Erário Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a quantia de **R\$ 240.978,37** (duzentos e quarenta mil novecentos e setenta

e oito reais e trinta e sete centavos), proveniente da ausência de comprovação da execução do desembolso efetuado à empresa Farhat & Farhat, em descumprimento ao contido no artigo 60, parágrafo único, da Constituição Estadual de 1989;

3. Pela **condenação** dos Senhores **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, e **José Oliveira Carvalho**, Contador, à época, **solidariamente**, a **devolverem** ao **Erário Estadual**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a quantia de **R\$ 15.864,03** (quinze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e três centavos), proveniente da divergência entre o saldo para o exercício seguinte – Balanço Financeiro, que é de R\$ 15.864,03 (quinze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e três centavos), o saldo apresentado na conciliação bancária, que é de R\$ 15.640,20 (quinze mil seiscentos e quarenta reais e vinte centavos) e ainda do saldo apresentado no extrato bancário, que é de R\$ 0,00, em descumprimento ao artigo 89, da Lei nº 4.320/64;

4. Pela **aplicação de multa acessória** ao Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, com fundamento no artigo 88 da LCE nº 38/1993, no valor correspondente a **10%** (dez por cento) da importância referente a condenação acima imposta, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do **Erário Estadual**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas;

5. Pela **aplicação de multa sanção** ao Senhor **José Carlos Reis da Silva**, Secretário, à época, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 14.280,00** (catorze mil duzentos e oitenta reais), em razão das ocorrências elencadas no item 1, da parte dispositiva deste Voto configurarem graves infringências às normas legais de regência da matéria, a ser recolhida em favor do **Tesouro do Estado do Acre**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas;

6. Pela **aplicação de multa sanção** ao Senhor **José Oliveira Carvalho**, Contador, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 7.140,00** (sete mil cento e quarenta reais), em razão da ocorrência descrita no item 1.1, da parte dispositiva deste Voto configurar grave infringência à norma legal de

regência da matéria, a ser recolhida em favor do **Tesouro do Estado do Acre**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas e;

7. Pela **notificação** do atual responsável pelo FUNAGRO, para tomar ciência desta decisão e adotar as providências necessárias a fim de evitar a ocorrência das irregularidades apuradas e realizar a regularização das ressalvas identificadas, nas próximas edições da matéria, sob pena de responsabilização em caso de reincidência, nos termos do artigo 89, inciso IV, da LCE nº 38/1993. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como voto.

Rio Branco – Acre, 24 de setembro de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator